



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Revista de Imprensa
22-06-2009

- 1 - Meia Hora, 22-06-2009, Sócrates a dois andamentos
- 2 - Correio da Manhã, 22-06-2009, Oliveira e Costa declarou 300 mil euros em IRS
- 3 - 24 Horas, 22-06-2009, Sem tempo para estar de papo para o ar
- 4 - Diário Económico, 22-06-2009, O Banco de Portugal não comunica
- 5 - Jornal de Negócios, 22-06-2009, Há "meia dúzia" de interessados no BPN
- 6 - Diário Económico, 22-06-2009, Transferências para 'offshores' acima de 15 mil euros têm de ser comunicadas
- 7 - Diário Económico, 22-06-2009, BCP não quer BPN nem entra em fusões
- 8 - Diário Económico, 22-06-2009, Relatório da Provedoria de Justiça ataca Vítor Constâncio
- 9 - Correio da Manhã, 22-06-2009, Ex-patrão do BPN declara 300 mil de IRS
- 10 - Diário de Notícias, 22-06-2009, DN.pt



> Bom dia!

Opinião José Pedro Aguiar-Branco*

Segunda-feira Sócrates a dois andamentos



Já conhecíamos o Partido Socialista a duas caras. Tivemos várias manifestações disso na última campanha eleitoral: o que apoia e o que está contra Durão Barroso; o que está a favor e o que está contra o imposto europeu; o que alimenta a baixa política a propósito do BPN e o que recusa essa torpe maneira de intervir politicamente; o que apoia o oportunismo da simultaneidade das candidaturas autárquicas e europeias de Elisa Ferreira e Ana Gomes e o que rejeita essa preocupação indigna de jogar em todos os tabuleiros; o que combate a corrupção, preocupado com o enriquecimento ilícito, e o que finge que se preocupa com tal tipo de crime, que consome, diariamente, a credibilidade da classe política, com custos elevadíssimos para o regime democrático.

A esse Partido Socialista a duas caras juntou-se, agora, um primeiro-ministro a dois andamentos musicais: o *presto*, de antes das eleições europeias, arrogante, autoritário, triturador e impaciente; e o *moderato*, pós-eleitoral, que finge não ser arrogante, que finge

não ser autoritário, que finge ser dócil e que finge ser paciente.

Quem viu Sócrates no debate na Assembleia da República e na entrevista à SIC, ambos no mesmo dia, da semana passada, teve a confirmação plena do que muitos vêm denunciando

Quem viu Sócrates no debate na AR e na entrevista à SIC, ambos no mesmo dia, teve a confirmação plena : José Sócrates é a falta de autenticidade em pessoa

do desde que este Governo entrou em funções:

José Sócrates é a falta de autenticidade em pessoa. A cedência consciente à manipulação mediática, na tentativa permanente de, por via do parecer, ir ao encontro do que, eventualmen-

te, lhe pode trazer benefícios eleitorais, em purra para segundo plano a seriedade, a coerência e a convicção que são os únicos “instrumentos” que podem levar os portugueses a acreditar que é possível vencer a crise a que o Governo socialista nos mergulhou.

A três meses de eleições, os *marketeers* socialistas julgam que um *workshop* de um Sócrates cordeiro, *light* e sereno pode fazer esquecer um autêntico Doutoramento a que durante quatro anos e meio obrigou os portugueses de um primeiro-ministro feroz, soberbeiro e distante.

O novo estilo de José Sócrates lembra-nos a “raposa que guarda o galinheiro”... os portugueses terão cautela com isso nas eleições legislativas!

*Advogado, vice-presidente do PSD



IMPOSTOS ■ SALÁRIO DO BPN E PENSÃO DO BANCO DE PORTUGAL

Oliveira e Costa decla 300 mil euros em IRS

■ Ex-banqueiro entregou a declaração via internet em Maio na condição de separado

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO/
/DIANA RAMOS*

O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) José Oliveira e Costa declarou ao Fisco ter recebido em 2008 cerca de 300 mil euros. A declaração de IRS do ex-banqueiro, que se encontra detido no Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária, em Lisboa, foi entregue em Maio via internet, e nela constam, como despesas de saúde, apenas... 500 euros.

Recorde-se que o ex-banqueiro, detido a 20 de Novembro de 2008, tem invocado sistematicamente o seu débil estado de saúde como argumento para exigir que a medida de coacção aplicada, a prisão efectiva, seja transformada em prisão domiciliária.

As fontes de rendimento de Oliveira e Costa são fundamentalmente duas: 260 mil euros recebidos a título de salário, do Banco Português de Negócios, e a pensão que auferem como quadro superior do Banco de Portugal, que ascende a mais de 40 mil euros.

O ex-banqueiro entregou a sua declaração de imposto como "separado de pessoas e bens". Uma situação que remonta a Fevereiro de 2008, altura em que Oliveira e Costa e a mulher, Maria Yolanda Rodrigues Alves de Oliveira e Costa, passaram a propriedade de todos os imóveis para o nome de Yolanda e acabaram com um casamento que durava há 42 anos, salvaguardando-se assim os bens do casal.

Indemnização de 800 mil não consta da declaração entregue

instrução, Carlos Alexandre, correu em metade os rendimentos do ex-presidente do BPN.

Outros rendimentos que também não aparecem espelhados na declaração entregue nas Finanças por Oliveira e Costa são os resultantes da indemnização de 800 mil euros paga pelos accionistas do Banco Português de Negócios aquando da saída do ex-secretário de Estado das Finanças da presidência do banco.

Esta indemnização consta do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa assinado pelo juiz Carlos Alexandre a 5 de Fevereiro de 2009 e serve de fundamento para prolongar a prisão preventiva do ex-banqueiro. O acórdão deixa claro que "está comprovado nos autos



■ Separados. No próprio dia em que os accionistas aceitaram a saída de Oliveira e Costa do banco (15 de Fevereiro de 2008), o banqueiro separou-se da mulher, Maria Yolanda, por mútuo consentimento.

PORMENORES

● **BANCO DE PORTUGAL**
Oliveira e Costa entrou para o Banco de Portugal na década de 70 e reformou-se depois de ter atingido o topo da carreira como consultor.

● **25 EMPRESAS**
O ex-presidente do BPN acumulava a presidência de 25 empresas integradas no universo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN).

● **QUESTÕES DE SAÚDE**
A saída de Oliveira e Costa da presidência do Banco Português de Negócios foi fundamentada por "razões de saúde". O banqueiro teria uma doença do foro oncológico.

que o arguido colocou o montante relativo à sua indemnização pela saída do Grupo, cerca de 800 mil euros, em contas em que não tem intervenção".

Esta verba tinha de ser declarada em sede de IRS, tal como prevê o nº 4, artigo 2 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, uma vez que também está inscrita nas contas do BPN.

A Administração Fiscal está atenta a esta divergência de valores. ■ *COM A.S.A.



Prisão onde está Oliveira e Costa

NEGOU TER DESVIADO DINHEIRO DO BANCO

Na comissão de inquérito ao BPN, Oliveira e Costa falou durante mais de três horas, garantiu não ter desviado dinheiro do banco e lançou um desafio: "Se eu fiquei com um cêntimo, prendam-me."

DOIS MESES À FRENTE DO BPN

Em 2008, o ex-presidente do grupo BPN/SLN esteve apenas dois meses à frente da instituição, pelo que os rendimentos declarados ao Fisco deverão apenas dizer respeito a esse período.



ID: 25628516

22-06-2009

RELATÓRIO | DIA 3 DE JULHO

O relatório final que compila as conclusões dos trabalhos da comissão de inquérito, presidida por Maria de Belém, vai ser apresentado no dia 3 de Julho, em sessão plenária



PS | ELENCA CONCLUSÕES

O PS será o responsável pela elaboração das conclusões da comissão. Sónia Sanfona é a relatora. A avaliação do papel do Banco de Portugal deverá gerar discordância entre partidos

CDS-PP | ALTERNATIVA

O deputado Nuno Melo já admitiu que se as conclusões do relatório não forem ao encontro de factos apontados na comissão o CDS-PP poderá apresentar um documento alternativo

rou

SAIBA MAIS

DINHEIRO NA SUÍÇA

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa sustenta que o ex-banqueiro colocou, em 2004, através da galeria Filomena Soares e Santos, um milhão de euros na Suíça.

324 990 €

Esta era a quantia que Oliveira e Costa poderia deduzir se tivesse declarado ao Fisco a indemnização de 800 mil euros que recebeu para sair do BPN.

880 000

Foi o montante da dívida ao Fisco que Oliveira e Costa terá pago através de uma conta a descoberto que tinha no Banco Insular.

INDEMNIZAÇÕES

As indemnizações pagas pelas entidades patronais ficam sempre sujeitas a tributação na parte que exceda o valor correspondente a uma vez e meia o valor médio das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto, auferidas nos últimos 12 meses.

24 MESES

Se o beneficiário da indemnização por cessação do contrato celebrar com a mesma entidade patronal um novo vínculo profissional, nos 24 meses seguintes ao ter recebido a compensação, as importâncias pagas estão sujeitas a imposto na sua totalidade.

‘Estado da Nação’ investigado

O célebre documento ‘Estado da Nação’, que compilou irregularidades e problemas no BPN/SLN, está sob investigação do Banco de Portugal.

O governador, Vítor Constâncio, admitiu na comissão de inquérito ao BPN que quando foi anunciada a nacionalização do banco ainda não conhecia o documento. “Só foi do meu conhecimento mais tarde”, declarou, adiantando que “esse assunto tem estado a ser analisado nos serviços do banco”. Está a ser averiguado “o momento em que surgiu, quem o fez, quem mandou fazer e quem sabia do conteúdo”.

O CM sabe que o documento começou a ser elaborado ainda durante o Verão de 2007, altura em



Constâncio quer saber quem elencou e escondeu problemas

O documento teve pelo menos três versões distintas

que surgiram os primeiros diferendos entre Oliveira e Cosme e accionistas.

Entre os problemas relatados no documento estão o buraco gerado pelas contas-investimento (no valor de 517 milhões) pelo

Banco Insular (com prejuízo de 585 milhões).

Destaca-se ainda o valor das acções próprias detidas por sociedades offshores ligadas à SLN e os compromissos patrimoniais não assumidos: terrenos ou propriedades adquiridos por terceiros cuja dona era a SLN. ■ D.R.



MANUEL MOREIRA/SEGGIO LEMAS

Menos-valias de 11 mil euros

Detido desde Novembro de 2008, Oliveira e Costa tem descuido algumas das suas aplicações financeiras. Na declaração de IRS relativa a 2008, o ex-presidente referiu menos-valias no valor de 11 mil euros, resultantes de desvalorizações registadas em diversos títulos mobiliários que constituem a sua carteira de investimentos. ■

Coimbra admite movimentações no Verão de 2007

Na carta enviada à presidente da comissão de inquérito, Maria de Belém, o empresário Joaquim Coimbra admite que um grupo de accionistas subscreveu um acordo, em Agosto de 2007, que previa “promover a recuperação financeira” do grupo, “aprovar uma nova estratégia”, “alterar o modelo de governação” e “separar as áreas financeira e não-financeira”, os mesmos princípios estabelecidos no ‘Estado da Nação’, que o Banco de Portugal agora investiga. ■

MOVIMENTOU NOVE MILHÕES DO INSULAR

Oliveira e Costa é acusado de ter movimentado uma conta no Banco Insular, designada A1, “para pagamento de impostos e para financiamentos pessoais”, no valor de quase nove milhões de euros.



EX-PATRÃO DO BPN DECLARA 300 MIL DE IRS



■ **Oliveira e Costa** apresentou rendimentos de 2008 pela internet já na condição de separado **PÁGS. 4 E 5**

POLÍTICOS REVELAM DESTINOS DE FÉRIAS... CURTAS

Sem tempo para estar de papo para o ar

■ TEXTO ■ JOÃO CRISTOVÃO BAPTISTA
 ■ joao.m.baptista@24horas.com.pt



⇒ Pedro Santana Lopes escolhe todos os anos o Algarve para passar uns dias



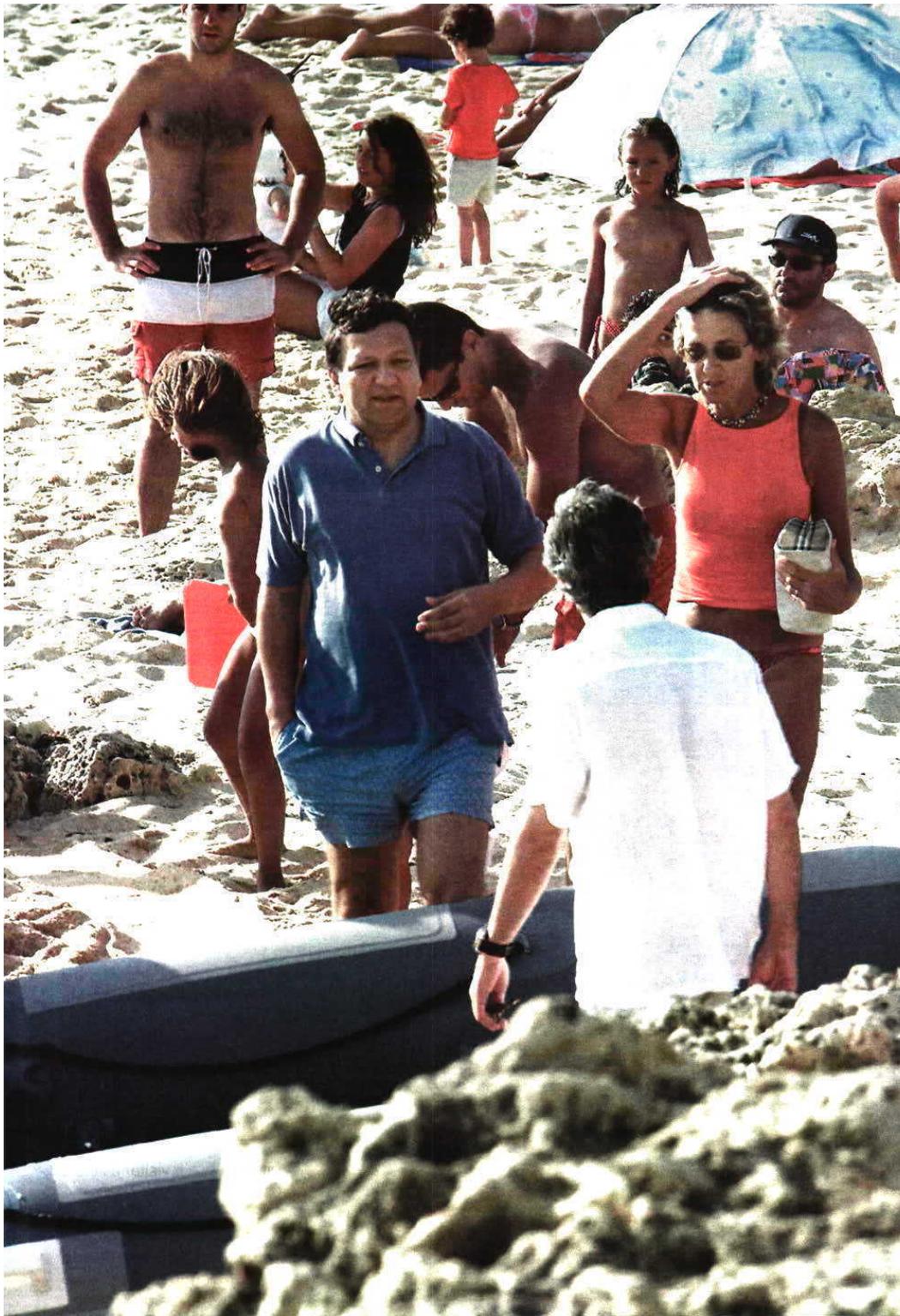
⇒ Francisco Louçã vai descansar na ilha Graciosa, nos Açores, onde tem casa

O Algarve e o Minho são os destinos preferidos para a classe política portuguesa descansar. Se o Sul já é um destino normal, a região de Moledo, Caminha, é agora um destino imperdível para o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, o ministro Mariano Gago, o socialista Alberto Martins ou o constitucionalista Jorge Miranda. Mas a novidade este ano parece ser a de dizer que não se vai de férias. Tudo porque vem aí um duplo acto eleitoral, com Legislativas e Autárquicas. Sócrates é um dos que não vai ter descanso. O ministro Rui Pereira idem. Ferreira Leite só deve ir visitar a filha e os netos a Londres.

O recém-eleito eurodeputado Nuno Melo, do CDS, está atrapalhado por causa disso. "Ainda nem sei para onde vou, porque este é um ano muito complicado", explicou ao *24horas*. As próximas semanas ainda vão ser passadas a pensar em Estrasburgo. "Vou ter de me preparar para o cargo e tenho de me ir preparando para a vida no Parlamento Europeu". Apesar desta preparação, a que se junta a responsabilidade de ajudar Paulo Portas a preparar o embate das legislativas, Nuno Melo assegura que vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para passar uns dias sem pensar em eleições, no BPN ou nos problemas de segurança. "Devo conseguir ter, pelo menos, uma semana para estar com a família", admitiu.

Tal como o deputado do CDS-PP, também as férias de João Semedo vão ser condicionadas pelo

O duplo acto eleitoral pós-Verão vai estragar as férias aos políticos. Quase todos ficam por Portugal e muitos dizem mesmo que não vão conseguir tirar dias nos próximos meses. Conheça os destinos preferidos de ministros, deputados e líderes da oposição

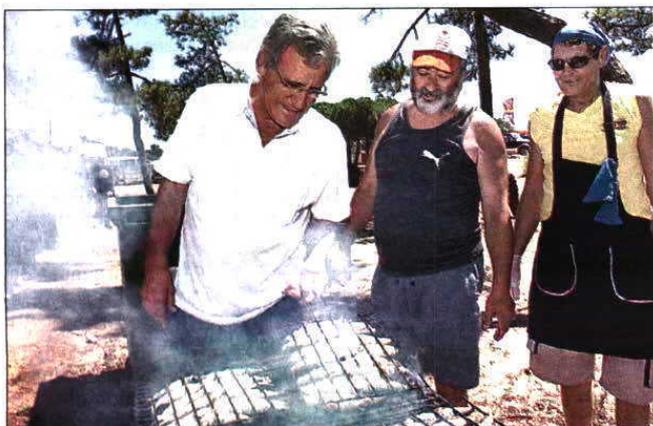


► Durão Barroso tornou-se adepto das praias do Minho, na região de Moledo, por onde também andam Nuno Melo, Mariano Gago ou Jorge Miranda

tado do Bloco de Esquerda, que, num ano normal, tira "uma semana de férias no estrangeiro e outra na ilha de Faro (Algarve), com a família". Segundo João Semedo, só quando estiverem definidas as datas destes comícios é que o deputado poderá tentar arranjar na sua agenda um espaço para descansar. "Para fora não vou de certeza, mas quero ir ao Algarve uns dias, porque é a altura do ano em que posso estar com a família mais do que algumas horas", sublinhou o bloquista.

Desde que entrou para o Governo, em 2007, que o ministro da Administração Interna (MAI), Rui Pereira, não sabe o que é tirar férias no Verão. Com a época de fogos a "apertar", o ministro do MAI faz questão de ficar no seu posto de trabalho, "sem perder um único dia". É a forma de, por um lado, garantir uma melhor coordenação do dispositivo de combate a incêndios e, por outro, evitar as críticas da oposição num período por vezes "escalante" para o Executivo. Este ano, a tradição irá manter-se. "O senhor ministro não vai tirar férias nesta altura", confirmou ao *24horas* fonte do gabinete.

Também o director da campanha europeia do PS, Capoulas Santos, ainda não sabe se terá oportunidade, este Verão, de concretizar um sonho antigo: conhecer a cidade russa de São Petersburgo. "Todos os anos vamos em família conhecer a fundo uma cidade. A última foi Viena. Agora segue-se São Petersburgo", diz o eurodeputado ao *24horas*, avançando que, por enquanto, apenas



► Jerónimo deve parar uma semana e rumar até à costa alentejana

Para muitos políticos as férias são para estar com a família

calendário eleitoral. "As campanhas vão arrancar em pleno Verão e nós devemos ter muitos comícios ao longo destes meses, por isso será difícil conseguir férias", explicou ao *24horas* o depu-



» O Presidente da República fica na sua vivenda "Mariana" e apanha sol na Praia da Coelha, Algarve

tem garantidos uns dias de sossego por casa, nos arredores de Évora.

Manuela vai a Londres

O secretismo em torno de destinos para o Verão não é um problema para Manuela Ferreira Leite. "Com tantas eleições agendadas, vai ser muito difícil ter tempo para férias", afirmou ao *24horas* fonte próxima da presidente social-democrata. De acordo com esta fonte, caso consiga abrir um buraco de alguns dias na sua agenda deste Verão, **o mais provável é que Manuela Ferreira Leite "vá até Londres para visitar a filha, que lá vive, e passar algum tempo com os netos, coisa que não pode fazer durante a maior parte do ano".**

Também Francisco Louçã vai aproveitar as férias para visitar a família. No entanto, o líder do Bloco de Esquerda não precisa de sair do país para se reencontrar com os seus parentes. Segundo apurou o *24horas*, o dirigente bloquista vai este ano, como é costume seu, para a ilha Graciosa, nos Açores, onde tem família e uma casa.

Já o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, vai passar as



» Manuela Ferreira Leite não faz praia e prefere visitar a filha e os netos

últimas duas semanas do mês de Julho com a família, a passear pelas praias da costa alentejana.

Minho, o novo Algarve

O tempo em que o Algarve era invadido por políticos dos mais variados quadrantes e em que era impossível dar um salto à praia do Ancão, sem dar de caras com um ministro ou com um deputado, já lá vai. A nova moda para férias "cá dentro" entre a classe política portuguesa é Moledo, uma pequena vila piscatória no concelho de Caminha.

Em Agosto, é comum ver-se o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, a passear pela praia com a mu-

Cavaco e Soares são adeptos de praia

Sem as preocupações da restante classe política, Cavaco Silva não vai ver as suas férias condicionadas pelo calendário eleitoral. Assim, e tal como é já seu hábito, o Presidente da República deverá passar a maior parte do mês de Agosto na praia da Coelha, Albufeira. É aqui, onde foi construída a vivenda já conhecida como o "Camp David português" – a Vivenda Mariani – que Cavaco aproveita todos os anos para ir a banhos com a primeira dama e os netos.

Apesar das várias tentativas do *24horas*, não foi possível saber junto da assessoria do Presidente da República se Cavaco vai voltar a solicitar a interdição do espaço aéreo da sua praia de eleição. Recorde-se que no ano passado o Presidente da República se transformou no alvo das críticas das



principais empresas de voos turísticos e publicidade rebocada da região, depois de ter sido proibida a passagem de aviões sobre a praia da Coelha, alegadamente por "razões de segurança".

Longe de eventuais polémicas mas geograficamente muito próximo de Cavaco estará Mário Soares. O ex-presidente da República é um *habitué* da praia dos Tomates, perto de Portimão, onde também tem casa. O gosto de ir à praia entre o "povo" foi criado por Soares durante o tempo em que vivia no Palácio de Belém e o fim das responsabilidades políticas não acabou com esta paixão. Quem for até à praia dos Tomates, em Agosto, arrisca-se a dar de caras com o antecessor de Sampaio e Cavaco a molhar os pés e a apanhar o seu sol.



lher e os filhos por perto. Igualmente comum é encontrar o ministro da Ciência e Ensino Superior, Mariano Gago, e o constitucionalista Jorge Miranda partilhar

ravilhosas", revelou o social-democrata que não perde também a oportunidade de "dar uma volta pelo Alto Minho, que é também uma das zonas mais bonitas de

Portugal". Contudo, o fascínio pelas paisagens serranas do Norte não apagam em Passos Coelho o gosto pela brisa marítima, e o rival de Ferreira Leite garante que depois dos passeios em família conta "dar um salto a Manta Rota, no Algarve, para

passar uns dias na praia".

O tabu de Sócrates

Quase tão tradicional como a debandada dos políticos da capital é já o habitual tabu do primeiro-ministro, José Sócrates, em relação aos seus destinos de férias. Ao *24horas*, fonte do gabinete de Sócrates referiu que, tendo em conta a sua apertada agenda até às eleições, o primeiro-ministro "ainda não sabe se vai ter férias". Contudo, frisou a mesma fonte, "caso haja essa possibilidade, o primeiro-ministro tirará, decerto, alguns dias para descansar", adiantou, não revelando qual será o destino secreto escolhido por Sócrates para o Verão de 2009.

Tal como aconteceu nos anos anteriores desta legislatura, o destino de férias do primeiro-ministro promete ser um segredo maior que a composição de um eventual novo governo, e nem os membros do Governo nem os seus colaboradores mais próximos estão a par dos planos de



» O primeiro-ministro não revela o sítio para onde irá de férias, mas admite, mesmo, não descansar no Verão

» O antigo ministro Capoulas dos Santos gosta de ir com a família conhecer uma cidade: desta vez o destino é São Petersburgo, na Rússia

Sócrates. Esta tem sido a imagem de marca do líder socialista, que desde que assumiu a direcção do Governo sempre fez questão de envolver as suas escapadelas com um manto de secretismo. Quando chega a hora de o primeiro-ministro arrumar as malas, a única certeza que há é que Sócrates gosta de descontrair longe de Portugal, de preferência num país do hemisfério sul.

Foi em 2005 que Sócrates "desapareceu" pela primeira vez. Só duas semanas depois de ter dei-

xado o Governo do País na mão dos seus ministros de Estado é que se soube por onde andara o primeiro-ministro: pegou nos filhos e foi para o Quênia participar num safari. Desde então, o secretismo em torno do seu destino de férias transformou-se numa espécie de marca de José Sócrates nesta legislatura, que saiu do País por mais duas vezes – uma para passar uns dias na neve, outra para uma escapadela romântica a Veneza – sem que ninguém soubesse para onde ia. ▽

Sócrates não sabe se vai tirar férias no Verão, mas, como sempre, irá esconder o destino escolhido

o mesmo restaurante, mesmo ao lado do café onde o presidente da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, compra os seus jornais.

Velho conhecido do areal desta praia nortenha, Nuno Melo confessou ao *24horas* que é para aqui que mais gosta de ir descansar nos dias de Verão. "Gosto muito de ir ter com a família e passar uns dias em Moledo, que já é um dos destinos das minhas férias há muitos, muitos anos", contou o deputado, recordando que é na praia do concelho de Caminha que tem a "oportunidade de estar com muitos amigos e amigas que não se encontram no resto do ano".

Outro amante dos prazeres do Verão é Pedro Passos Coelho. Natural de Vila Real, o antigo candidato à presidência do PSD faz questão de voltar à terr natal sempre que tem oportunidade: "Costumo ficar com a família em Vila Real e passar os dias a passear um pouco por toda a região, a apreciar as paisagens ma-

na capa**22 SEM FÉRIAS**

Muitos políticos portugueses não vão tirar férias este ano, por causa da dupla eleição que aí vem, mas saiba por onde vão andar os que, ainda assim, optaram por parar durante uns dias.



ID: 25628342

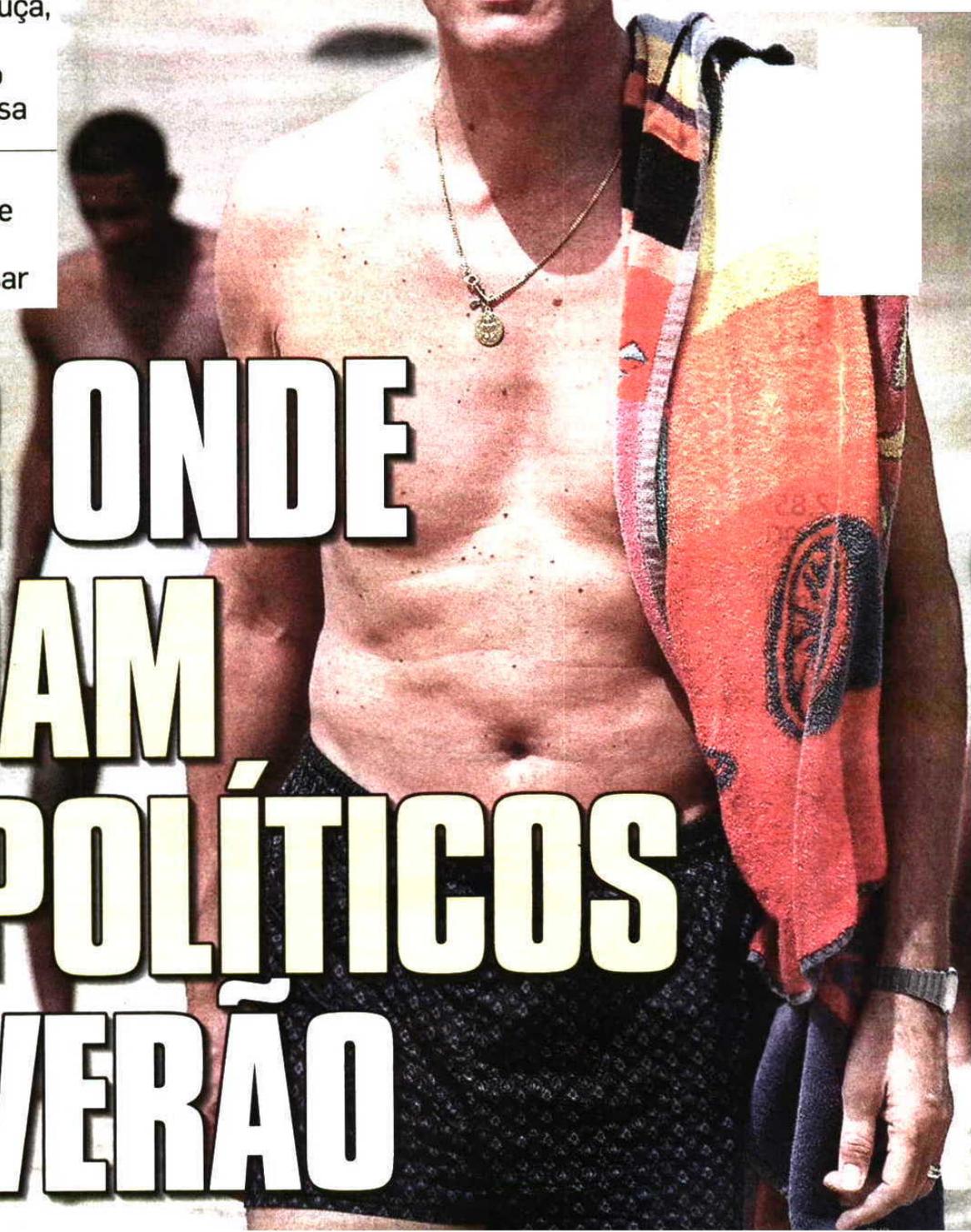
22-06-2009



Conheça os locais de férias de Cavaco, Louçã, Nuno Melo, Ferreira Leite, Durão Barroso ou Jerónimo de Sousa

Eleições duplas deixam a maior parte dos políticos sem tempo para descansar

POR ONDE ANDAM OS POLÍTICOS NO VERÃO



OPINIÃO

Pedro Sousa Carvalho
Subdirector
pedro.carvalho@economico.pt



O Banco de Portugal não comunica

Vítor Constâncio continua a coleccionar “inimigos”. Depois das fortes críticas que recebeu nos casos BCP, BPP e BPN, agora é a vez do Provedor da Justiça que, ainda antes de bater com a porta, deixou um relatório onde, com palavras pouco meigas, tece duras críticas ao papel do supervisor. Nascimento Rodrigues afirma que a colaboração e cooperação com o Banco de Portugal tem ficado “muito aquém do desejado” e diz, por exemplo, que “a celeridade nas respostas, não sendo exemplar, é aceitável, mas o aprofundamento dos assuntos ou as respostas prestadas a questões colocadas de forma clara e directa são manifestamente insuficientes”. Um ‘déjà vu’? O provedor, pelo meio da enxurrada de reparos que faz a Vítor Constâncio – e que faz questão de contrapor à colaboração “bastante melhor” de outros supervisores como o ISP, a Anacom e a CMVM – toca num ponto fulcral: conclui que há “um problema de comunicação” com o Banco de Portugal.

Constâncio pode ter toda a razão do mundo, agarrando-se com unhas e dentes aos limites de competências de supervisão, mas o autismo do Banco de Portugal começa a ser demasiado ensurdecador. Já são demasiados os que não conseguem comunicar com o Banco de Portugal. Primeiro, os deputados que acusam o Banco de Portugal de falta de colaboração na disponibilização

Com esta falta de diálogo é muito difícil comunicar aos cidadãos uma mensagem de tranquilidade.

de documentos e actas que poderiam ser úteis para a comissão de inquérito ao caso BPN. Segundo, a Procuradoria-Geral da República que diz que quer uma maior cooperação com o Banco de Portugal e este que, por seu lado, a acusa que não ter libertado informação suficiente que poderia levar à descoberta mais precoce do Banco Insular. Terceiro, e por último, Carlos Tavares, da CMVM, que lamentou que o supervisor não tenha envolvido a CMVM mais cedo no caso do BPP e também defendeu uma maior colaboração da entidade que preside com o Banco de Portugal. Nos últimos dias, fica ainda a sensação de que Constâncio não comunicou com Teixeira dos Santos antes de indiciar que a solução para o BPN poderia passar por um ‘bad bank’, ideia que o ministro até diz não ser aconselhável.

São apenas alguns exemplos que deixam a ideia de falhas, não ao nível da supervisão, que essa já foi suficientemente escrutinada, mas ao nível da comunicação do Banco de Portugal. Com esta aparente falta de diálogo institucional, como diz Nascimento Rodrigues, é muito mais difícil comunicar aos cidadãos uma mensagem de tranquilidade. ■



BANCA

Há “meia dúzia” de interessados no BPN

Administração da Caixa quer concluir processo de venda até ao final do ano

PEDRO FERREIRA ESTEVES
pesteves@negocios.pt*

O processo de privatização do nacionalizado Banco Português de Negócios (BPN) já arrancou, depois de o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ter revelado no Parlamento que já foi assinado o despacho da operação. Inicia-se assim a fase de preparação do pacote de activos do banco que será apresentado aos potenciais compradores, cujas manifestações de interesse atingirão, nesta etapa preliminar, a “meia dúzia”.

“Já foram comunicadas meia dúzia de manifestações de interesse” na compra do BPN, revelou ao **Negócios** uma fonte próxima do processo. Algumas já são públicas, como é o caso do Montepio Geral ou do grupo luso-americano Holdcontrol (ambas anunciadas ao **Negócios**). A própria Caixa Geral de Depósitos (CGD), através do administrador Francisco Bandeira (que acumula com a presidência do BPN), revelou na apresentação de resultados do BPN que “se for o caso de venda, a CGD, que tinha manifestado interesse na compra do activo [BPN], estará disposta para refazer a sua proposta. O BPN não será vendido a qualquer preço”.

Entre os outros interessados, o **Negócios** soube que está um banco de grande dimensão no mercado português. Na sexta-feira, o presidente do BCP, Carlos Santos Ferreira, disse à Lusa que o banco que dirige “não está interessado no BPN”, já que o custo da operação “não compensaria” os clientes, rede de balcões ou potencial de negócio que a operação pode gerar.

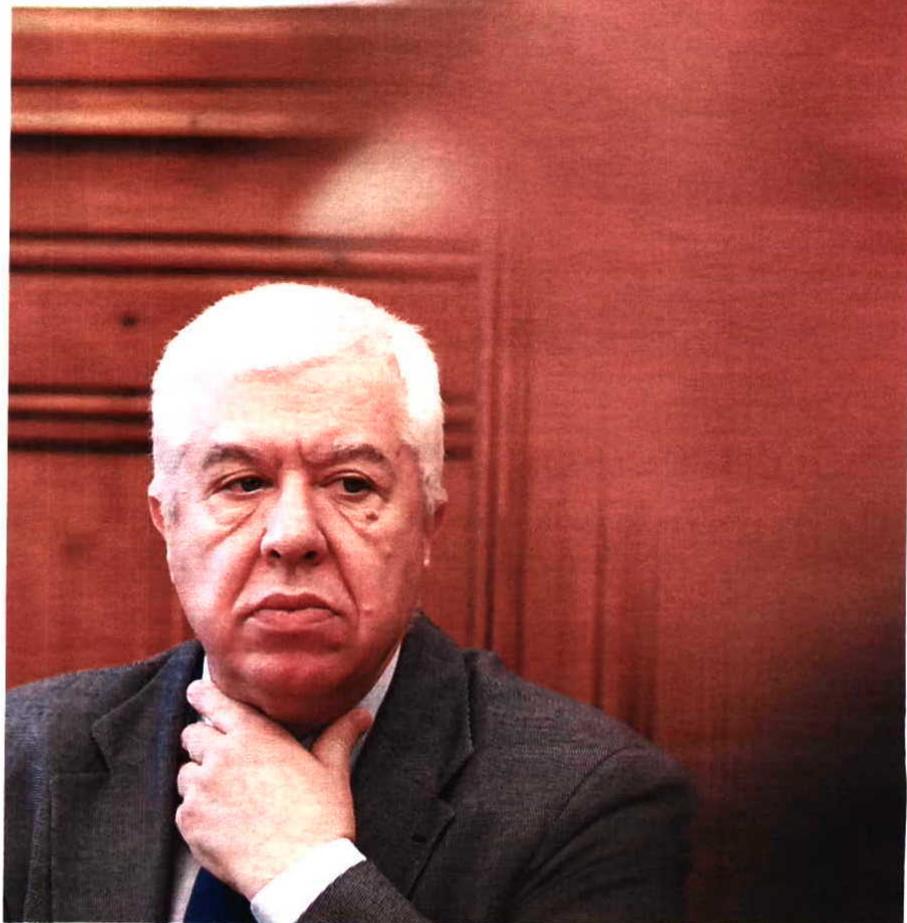
A duração do processo de privatização do BPN dependerá do número dos interessados, mas também de questões processuais (a operação deverá ter de ser aprovada na Assembleia da República). O objectivo da administração da CGD e do Governo é que a venda esteja con-

Prazos para SLN reembolsar dívida estão a chegar

Terminou na sexta-feira o prazo para o reembolso de uma emissão de papel comercial da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) de 50 milhões de euros, que foi vendida através do BPN. Em Agosto termina uma outra emissão de 100 milhões de euros. A SLN não revelou, até ao fecho da edição, se pagou a emissão que terminou na sexta-feira, mas o BPN, sob gestão da Caixa Geral de Depósitos, garante que nenhum cliente vai ser prejudicado caso a SLN não cumpra com os pagamentos. É que estas emissões foram colocadas junto dos clientes do BPN, na altura ainda integrante do grupo SLN. A SLN tem uma dívida bancária de cerca de 700 milhões de euros, sendo 400 milhões para com o BPN.

cluída até ao final deste ano, embora se admita que possa deslizar para o início de 2010.

No que diz respeito aos custos para os contribuintes, o valor final dependerá do tipo de banco que for colocado à venda, das características da operação, mas também da oferta que for feita pelo candidato vencedor. O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, prognosticou, na semana passada, que a nacionalização do BPN irá custar menos de mil milhões de euros ao erário público. Um montante que dependerá, primeiro, da capacidade de valorizar os activos bons do banco (no âmbito da venda), mas também da recuperação das perdas assumidas, nomeadamente a taxa de recuperação do crédito malparado, por exemplo. *com AM



Teixeira dos Santos com menos perguntas

O ministro das Finanças foi o último a passar pela comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN, cujas conclusões serão apresentadas a 3 de Julho. Temendo as prolongadas horas a que esta comissão habituou, foi logo avisando que tinha um voo para apanhar no dia seguinte muito cedo. Saiu da comissão à meia-noite e meia, e porque os deputados aceitaram fazer apenas uma ronda de perguntas.

**DITO**

O modelo de privatização não está definido, mas não é obrigatório que seja criado um 'bad bank', aliás, não é aconselhável.

Para maximizar a recuperação de imparidades e o valor, pode haver segregação de activos.

Demos orientação à administração para trabalhar no sentido de alienar o BPN.

O BPN tem o direito de exigir o pagamento de créditos e vai haver esforço grande na recuperação de créditos.

A nacionalização não foi a melhor solução. A melhor era que accionistas tivessem metido dinheiro ou que alguém tivesse comprado o banco.

€5.000 M

A falência do BPN custaria ao Estado pelo menos cinco mil milhões, montante de depósitos que tinha de ser coberto.

€1.800 M

Mil milhões de euros de imparidades, do total de 1,8 mil milhões reconhecidas no BPN na nacionalização, eram de créditos.

€1.000 M

Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal, admitiu que a perda do Estado com o BPN pode ficar abaixo dos mil milhões.

€2.500 M

A Caixa já emprestou 2,5 mil milhões de euros ao BPN. O Estado, diz Teixeira dos Santos, não meteu um euro.

TEIXEIRA DOS SANTOS

Ministro das Finanças, na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN



BPN já tem vários interessados na sua compra

Empresas 8



ID: 25629919

22-06-2009

Transferências para ‘offshores’ acima de 15 mil euros têm de ser comunicadas

O novo regime sancionatório no sector financeiro já entrou em vigor e veio introduzir alterações no registo de operações para ‘offshores’.

Bárbara Barroso

barbara.barroso@economico.pt

As operações de transferência de montantes superiores a 15 mil euros, para entidades sediadas em ‘offshores’, vão passar a ter de ser comunicadas ao Banco de Portugal (BdP). A medida faz parte do novo regime sancionatório no sector financeiro e já entrou em vigor.

O diploma adianta que o montante superior a 15 mil euros é independentemente da transferência se realizar numa única operação ou através de várias. Na comunicação feita ao banco central, sobre a transferência, deverá incluir-se a identificação do ordenante, da entidade beneficiária e eventuais entidades intermediárias. O Governo procura assim reforçar a supervisão em matéria de ‘offshores’, depois de casos mediáticos como o do BPP e BPN terem envolvido alguma polémica envolvendo paraísos fiscais.

Além da comunicação que terá de ser feita ao Banco de Portugal, o decreto-lei acrescenta ainda que “é vedada às instituições de crédito a concessão de crédito a entidades sediadas em jurisdição offshore considerada não cooperante ou cujo beneficiário último seja desconhecido”.

A comunicação ao BdP das transferências para ‘offshores’ terá de incluir a identificação do ordenante, da entidade beneficiária e eventuais entidades intermediárias.

No entanto, o novo regime sancionatório veio sobretudo ter “mão mais pesada” em matéria criminal e contra-ordenacional na área dos seguros, banca e fundos de pensões, envolvendo todos os reguladores do sistema financeiro (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal).

Desta forma, os crimes financeiros passam a ser alvo de coimas mais elevadas que poderão ascender a cinco milhões de euros, tendo sido também as penas agravadas para cinco anos, quando antes, na maioria dos casos, não ultrapassava três anos, podendo ser convertida em multa.

Cerca de oito meses depois da aprovação do diploma em Conselho de Ministros, o novo regime, publicado no final da semana, em Diário da República, introduz também alterações em matéria de crimes de manipulação de mercado. O decreto-lei realça que “a quem divulgue crimes de informação falsas, incompletas, exageradas ou tendenciosas, realize operações de natureza fictícia ou execute outras práticas fraudulentas” será punido com “prisão até cinco anos ou multa”.

Também os administradores e pessoas responsáveis pela direcção ou fiscalização de áreas de actividade de um intermediário financeiro, que tenham conhecimento das informações falsas, incompletas ou distorcidas praticadas por pessoas directamente sujeitas à sua direcção e fiscalização e não ponham termo serão punidas com pena de prisão de até quatro anos, quando era de dois anos, ou pena de multa até 240 dias.

Ao nível do agravamento das coimas previstas no Código de Valores Mobiliários duplicaram-se os montantes máximos anteriormente previstos para contra-ordenações muito graves (agora 5 milhões de euros), graves (2,5 milhões de euros) e menos graves (500 mil euros). ■

RECOLHA DE INFORMAÇÃO

1

Banco de Portugal

No âmbito de investigações que estejam a ser levadas a cabo pelo regulador do sector bancário, o BdP pode solicitar a quaisquer pessoas e entidades todos os esclarecimentos e informações, documentos, independentemente da natureza do suporte, na medida em que os mesmos se revelem necessários para as averiguações ou instrução de processos da sua competência

2

CMVM

A Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) pode solicitar a entrega ou proceder à apreensão, congelamento ou inspecção de quaisquer documentos, valores ou objectos relacionados com a prática de factos ilícitos, bem como solicitar a quaisquer pessoas e entidades todos os esclarecimentos e informações, caso estes se revelem necessários.

Sanções podem ser

Processo sumaríssimo abrange todos os reguladores do sector.

Bárbara Barroso

barbara.barroso@economico.pt

O novo regime sancionatório no sector financeiro introduziu um nome mecanismo nos sectores bancários, segurador e de fundos de pensões, denominado como “processo sumaríssimo”. Segundo adianta o diploma quando a natureza da infracção,

a intensidade da culpa e as demais circunstâncias justificarem, o regulador competente - Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal (ISP) ou Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) - pode “antes da acusação e com base nos factos indiciados, notificar o arguido da possibilidade de aplicação de uma sanção reduzida”.

A sanção aplicável pode ser uma admoestação ou uma coi-



O que muda no regime sancionatório

Saiba quais as alterações, ao nível das coimas e penas, que foram introduzidas pelo novo regime sancionatório no sector financeiro, já em vigor.

	ANTES	DEPOIS
Coimas	Ao nível do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), as infracções especialmente graves eram puníveis com coima de 2.500 euros a 2,5 milhões de euros, quando aplicada a pessoas colectivas, e entre 1.000 euros e um milhão de euros para pessoais singulares. No âmbito do Código de Valores Mobiliários (CVM), as contra-ordenações qualificadas de muito graves estavam sujeitas a coima de 25 mil euros a 2,5 milhões de euros; entre 12.500 euros e 1,25 milhões de euros, quando qualificadas como graves; por fim, as coimas para contra-ordenações menos graves variavam de 2.500 euros a 250 mil euros.	Com o novo regime, alteraram-se os limites das coimas aplicáveis às infracções especialmente graves no âmbito do RGICSF. Assim sendo passam a ser puníveis com coimas de 10 mil a 5 milhões de euros, quando aplicada a pessoas colectivas, e entre 4.000 euros e 2 milhões de euros para pessoais singulares. No âmbito do CVM mantêm-se os limites mínimos tendo sido somente alterados os montantes máximos: agora de 5 milhões de euros para as contra-ordenações qualificadas de muito graves, 2,5 milhões de euros para as graves e 500 mil euros para a contra-ordenações menos graves.
Penas	No RGICSF a pena de prisão para as actividades lícitas na recepção de depósitos e outros fundos reembolsáveis era de três anos. No CVM, a negociação, aconselhamento ou ordem subscrição com base em informação privilegiada era punido com pena de prisão até três anos. A divulgação de informação falsa, incompleta, exagerada, tendenciosa era punível com pena de prisão até três anos. Os administradores e as pessoas responsáveis pela direcção ou fiscalização de áreas de actividade de um intermediário financeiro que, tendo conhecimento da informação falsa, incompleta, exagerada, não pusessem termo às mesmas, eram punidos com prisão até dois anos ou 240 dias de multa.	A pena de prisão para as actividades lícitas na recepção de depósitos e outros fundos reembolsáveis passou para cinco anos. No CVM, a negociação, aconselhamento ou ordem subscrição com base em informação privilegiada são punidos com pena de prisão até cinco anos. A divulgação de informação falsa, incompleta, exagerada, tendenciosa é punível com pena de prisão até cinco anos. Os administradores e as pessoas responsáveis pela direcção ou fiscalização de áreas de actividade de um intermediário financeiro que, tendo conhecimento de informação falsa, incompleta, exagerada, não ponham termo às mesmas, são punidos com prisão até 4 anos ou 240 dias de multa.

aplicadas antes da acusação

ma que não exceda o triplo do limite mínimo da moldura penal que seria prevista para a infracção. No entanto, pode também ser aplicado, em qualquer caso, uma "sanção assessoria de publicação da decisão condenatória", informa o decreto-lei.

Caso o arguido aceite a sanção ou proceda ao pagamento da coima aplicada, assim como se adoptar o comportamento que lhe tenha sido notificado, a decisão do regulador torna-se

Se o arguido acatar a sanção reduzida do regulador a decisão torna-se definitiva. Caso contrário, a notificação é suspensa e o processo de contra-ordenação prossegue.

assim definitiva, colocando termo à possibilidade de avaliação e apreciação dos factos como contra-ordenação.

No entanto, se o arguido recusar a aplicação da sanção, não se pronunciar dentro do prazo estipulado, não pague a coima dentro do prazo, ou não adopte o comportamento devido, a notificação que lhe foi feita fica sem efeito e o processo de contra-ordenação continua a correr de forma comum. ■



Crimes financeiros vão dar prisão efectiva

O novo regime sancionatório no sector financeiro
introduz os "processos sumaríssimos" na banca. ➤



ID: 25628436

22-06-2009



BCP não quer BPN nem entra em fusões

O presidente do BCP, Carlos Santos Ferreira, descartou na sexta-feira a participação em processos de consolidação bancária, bem como a eventual compra do BPN. Isto apesar de ser quase unânime no sector que, no actual contexto de pressão nas receitas, os bancos portugueses têm de se fundir. O Governador do BdP, o Secretário de Estado das Finanças, os presidentes da CGD e do BPI têm defendido as fusões entre bancos, mas nenhum banqueiro está disponível para operações de consolidação.



Relatório da Provedoria de Justiça ataca Vítor Constâncio

No relatório enviado ao Parlamento, o Provedor cessante diz que a cooperação do supervisor "fica aquém do desejado".

Sandra Almeida Simões
sandra.simoeseconomico.pt

O Banco de Portugal (BdP) tem sido alvo de fortes críticas por parte dos mais variados quadrantes sócio-económicos do país. Depois do caso BCP, as censuras à actuação de Vítor Constâncio nos processos do BPN e do BPP subiram de tom nos últimos cinco meses. Agora, o desempenho de Constâncio será mais uma vez submetido ao escrutínio dos deputados. É que a Assembleia da República já recebeu o relatório anual da Provedoria de Justiça. No documento, referente a 2008, o provedor cessante, Nascimento Rodrigues, censura a postura do supervisor, chegando mesmo a salientar que a cooperação com a Provedoria de Justiça "ficou bastante aquém do desejado".

Em causa estão as reclamações recebidas na Provedoria, o tratamento aos pedidos de colaboração formulados por Nascimento Rodrigues ao Governador nos mais variados assuntos financeiros para efeitos de instrução de processos, e ainda o tratamento dado pelo supervisor às recomendações do Provedor cessante.

"Nas relações com o BdP, 2008 não foi diferente de anos anteriores, o que se regista com pesar", pode ler-se no documento de 984 páginas. Nascimento Rodrigues salienta mesmo a reincidência desta postura: "É que, como já fora dito em anteriores relatórios, a colaboração desta entidade de supervisão fica muito aquém do desejado: a celeridade nas respostas, não sendo exemplar, é aceitável, mas o aprofundamento dos assuntos ou as respostas prestadas a questões colocadas de forma clara e directa são manifestamente insuficientes".

Sendo a Provedoria um elo de ligação entre os cidadãos e o poder, não tendo poderes de decisão, mas apenas de sugestão e



Nascimento Rodrigues
Provedor da Justiça

Nascimento Rodrigues já saiu da provedoria de Justiça, um ano após o fim do seu mandato, deixando aos partidos a responsabilidade de o substituir. Até sexta-feira, PS e PSD terão de procurar um nome para apresentar e tentar uma segunda votação na Assembleia.

persuasão, o relatório refere que "muito difícil se torna ao Provedor tranquilizar os cidadãos que se lhe dirigem quando se revelam descontentes ou inseguros quanto ao tipo de supervisão exercida pelo BdP".

"Problema de comunicação"

Nascimento Rodrigues foi ainda mais longe nas críticas, concluindo que "tratar-se-á de um problema de comunicação, de uma ainda não conseguida sintonia [...] ano após ano se cimenta a ideia de que algo exige mudança no que toca à colaboração que se deseja que passe a existir entre o Provedor de Justiça e a entidade de supervisão do sector bancário". Quanto às restantes entida-

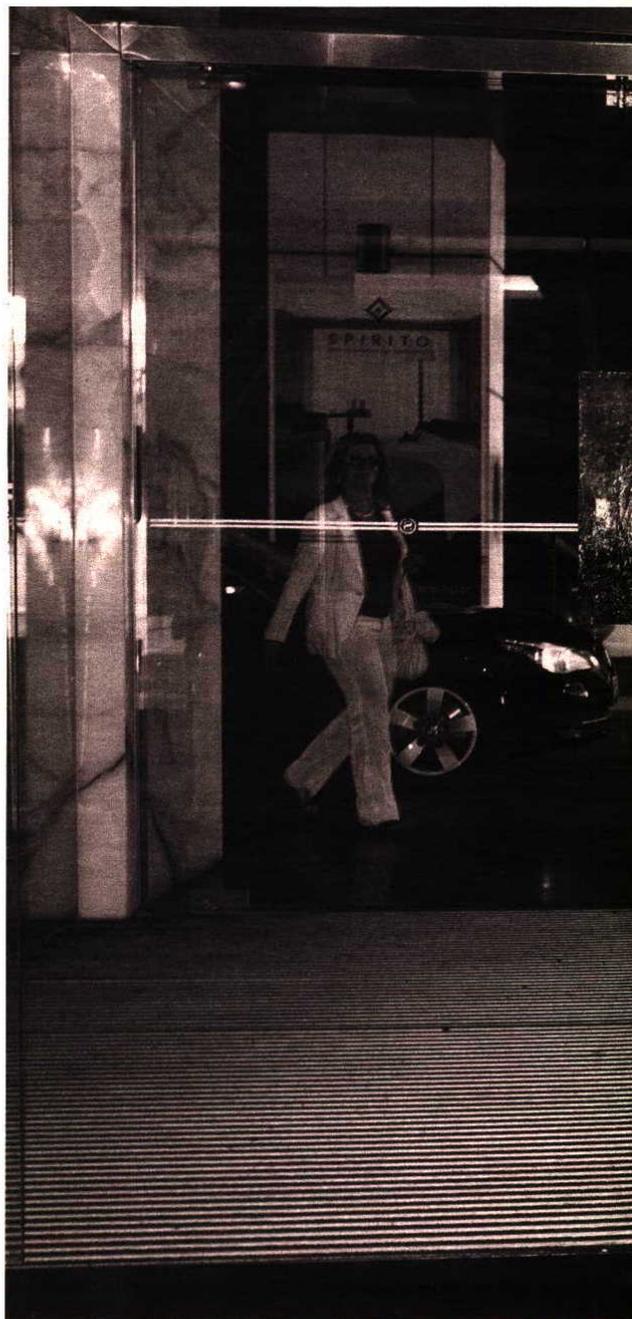
des reguladoras e de supervisão (ISP, Anacom, CMVM), o relatório diz que "a colaboração prestada é genericamente bastante melhor do que a prestada pelo BdP".

O supervisor mais frequentemente ouvido em assuntos financeiros foi o Banco de Portugal, objecto de 30 queixas em 2008. Um número bastante superior às restantes entidades: o ISP recebeu cinco queixas e a CMVM duas. (Ver texto ao lado).

O documento relata ainda o seguimento dado pelo Governador a uma recomendação da Provedoria em matéria de execução de penhoras. Na sequência da emissão de ordens de penhora emitidas pela DGCI, a prática dos bancos traduzia-se no congelamento do saldo total da conta bancária, muitas vezes superior ao valor em dívida pelo contribuinte. Com a recomendação, a Provedoria pretendia uma melhoria dos procedimentos da banca. No entanto a colaboração "ficou aquém do desejado, escudando-se o BdP numa "alegada ausência de competência regulamentar específica na matéria".

Contactada pelo Diário Económico, fonte oficial do BdP considerou "difícil, se não impossível, pronunciar-se sobre as grandes matérias em análise no relatório a um domingo à tarde".

Contudo, adiantou, "o Banco de Portugal gostaria de recordar que tem feito um grande esforço na área de supervisão comportamental recentemente criada, como prova o relatório anual que também foi recentemente aprovado. Como demonstra o relatório, o número de reclamações recebidas pelo Banco de Portugal é elevado, cerca de 15 mil, e o objectivo principal é resolver as reclamações em benefício dos clientes. Face a essas 15 mil reclamações, as 30 apresentadas à Provedoria da Justiça têm pouco significado". ■



OS NÚMEROS DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2008

1
Máximo histórico no número de processos

Em 2008, no que se refere ao número de processos abertos, correspondeu ao máximo desde a criação do Provedor de Justiça. Foram abertos 6961 processos, ou seja, mais 3% face a 2007. Deste total, 13 processos surgiram por iniciativa do Provedor cessante, Nascimento Rodrigues.

2
Portugueses reclamaram menos

O relatório de 2008 constata uma descida do número de reclamantes. O total de pessoas individuais ou colectivas fixou-se em 8.668 face aos 10.021 de 2007. As reclamações abrangem ambiente, fiscalidade, assuntos financeiros, judiciais, emprego público, entre outros.



Paulo Figueiredo



A cooperação de Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal, é criticada no relatório da Provedoria.

Banca foi alvo de 86 processos em 2008

Números revelam crescimento de 72% face ao ano de 2007.

Sandra Almeida Simões
sandra.simoies@economico.pt

O número de processos abertos pela Provedoria da Justiça para análise de assuntos financeiros aumentou em 2008. Facto devido, exclusivamente, ao acréscimo do número de queixas recebidas contra a banca. O relatório anual da Provedoria, enviado recentemente para a Assembleia da República, revela que o número de reclamações sobre a actividade bancária ascendeu a 86. Este número representa um crescimento de 72% face às 50 registadas em 2007. Os 86 processos correspondem ainda a cerca de 82% das queixas sobre assuntos financeiros, contra 75% no ano anterior.

Já as queixas sobre seguros e mercado de capitais mantiveram-se ao nível dos anos anteriores. A área seguradora foi alvo de 13 processos face aos 11 de 2007. Por sua vez, o mercado de capitais foi objecto de duas queixas no ano anterior, menos uma face a 2007. O documento não apresenta no entanto os nomes das instituições visadas.

O relatório salienta que, nas queixas recebidas sobre a actividade bancária, "são cada vez mais frequentes as referências à actuação (ou melhor, à omissão) da entidade de supervisão do sector: os cidadãos não tendo conhecimento de que podem/devem dirigir-se ao Banco de Portugal solicitando-lhe que exerça os poderes que lhe são conferidos em matéria de supervisão do sector bancário, mas o resultado de tal solicitação fica, não raro, aquém do esperado pelos reclamantes". As críticas apontadas pelo Provedor cessante, que assina o relatório de 2008, à supervisão bancária não ficam por aqui. Nascimento Rodrigues censura a disponibilidade do BdP para cooperação com a Provedoria (Ver texto ao lado).

satisfação dos encargos domésticos e em segundo lugar a execução de ordens de penhora em violação, por vezes, de limites de impenhorabilidade.

Em consequência das dificuldades financeiras, os reclamantes "acabam por colocar questões como a da regularidade da cobrança de certo tipo de comissões, que consideram excessivas, a da legitimidade dos bancos para recusarem renegociar contratos de mútuo ou a da perda ou redução de bonificações em crédito à habitação", pode ler-se no documento.

Em termos de entidade visadas nos processos, destaca ainda para o facto de na Administração Central, o ministério das Finanças ter acolhido o segundo maior número de queixas, cerca de 940. ■

NÚMEROS DO SECTOR

● O número de processos que entrou na Provedoria contra a banca aumentou de 50 em 2007 para 86 em 2008, um crescimento de 72%.

● As dificuldades financeiras levaram os reclamantes a questionar a legalidade da banca na cobrança de comissões e a não disponibilidade para renegociação das condições de crédito.

3

Provedoria resolve 80,6% das queixas

Durante o decorrer do ano passado estiveram 8.646 processos em instrução, já que para além 1.685 transitaram de anos anteriores. Do total, o Provedor cessante arquivou 5.611 processos, o que corresponde a 80,6% do total de processos entrados em 2008.

4

Falta de fundamento marca arquivamento

Entre os principais motivos para o arquivamento de processos, a falta de fundamento lidera, sendo invocada em 2.492 queixas. Segue-se os que foram resolvidos com intervenção essencial do Provedor, embora sem recomendação do mesmo e ainda o arquivamento liminar.

5

11 recomendações legislativas

Nascimento Rodrigues fez durante o decorrer do ano passo 24 recomendações e ainda dois pedidos de inconstitucionalidade. Das 24 recomendações, 11 foram legislativas/normativas. O documento revela que a taxa de sucesso do Provedor ascende a 86% e a de resolução a 88%.

Dificuldades financeiras e penhoras dominam queixas

O acréscimo de queixas ao sector bancário prende-se, segundo o relatório, sobretudo com dois motivos: o primeiro, de natureza económico-social, relacionado com "as dificuldades crescentes que muitos agregados familiares vêm sentindo na



Provedor de Justiça acusa Constâncio de falta de colaboração

A actuação do supervisor volta a ser alvo de duras críticas, desta feita por parte do Provedor cessante, Nascimento Rodrigues, que enviou ao Parlamento um relatório onde diz que o Banco de Portugal tem um problema de comunicação. — P26



O número de queixas recebidas pela Provedoria contra a banca aumentou 72%.



Foram abertos 6.961 processos no ano passado, ou seja, mais 3% face a 2007.



Clientes reclamam da não disponibilidade da banca para renegociar o crédito.

O provedor diz que a colaboração com Vitor Constâncio "ficou aquém do desejado".





NÃO PERCA QUINTA-FEIRA
COLEÇÃO DE LIVROS
DA II GUERRA MUNDIAL
7,95 € + jornal



ÀS SEXTAS
NOVA SÉRIE
DE DVD PÁG. 16



REGRESSO
ÀS GRANDES
COMÉDIAS
1,95 € + jornal

ESTE JORNAL
VALE DESCONTO
DE 1,50 EUROS
CUPÃO DESTACÁVEL PÁG. 51

TOCOS OS DIAS
OFERTA DE 1€
DE COMBUSTÍVEL NA REPSOL

SEGUNDA-FEIRA 22/06/2009 € 0.80 (C/IVA)

PRAIAS CHEIAS PÁG. 15

Calor atinge os 41°

CORREIO
da manhã

www.correioamanha.pt

Director **Octávio Ribeiro** | Directores-Adjuntos **Armando Esteves Pereira** e **Eduardo Dâmaso**

DESEMPREGADOS
GNR recruta
mil para
vigiarem
florestas

PÁGS. 26 E 27

EX-PATRÃO DO BPN DECLARA 300 MIL DE IRS



GASTOU SÓ
500 EUROS
EM SAÚDE

■ **Oliveira e Costa** apresentou rendimentos de 2008 pela internet já na condição de separado PÁGS. 4 E 5

Empresário Jorge Mendes, de costas na foto, visitou ontem Cristiano nas férias algarvias do jogador.

Vidas de Verão
Ronaldo gasta
3 mil € por dia
em casas

■ Craque e família em Vale de Lobo antes da apresentação em Madrid PÁGS. 43 A 49

■ **Matilde** procurou advogado na semana passada

■ Familiares do técnico desconhecem iniciativa da mulher que o acompanha há 20 anos PÁGS. 6 E 7

Casal Mourinho
admite separação

Centro de cura de Psoríase corpo limpo

A psoríase tem cura.

Lisboa - Rua de Belém, nº 51 - 1º

Tel. 213630925/ 961013078

www.curamos-psoríase.com

SONDAGENS
Partidos pedem
fiscalização

PÁG. 30

MOITA
Duo rouba
mais de
300 casas

PÁG. 8

Paulo Bento
renova sem
cláusula de
rescisão



■ **Jorge Jesus** aprecia qualidades do avançado argentino Sand

PÁGS. 34 E 35



V. FRANCA XIRA
Violada
à porta
de casa

PÁG. 11

AUTOEUROPA
Petição
pede nova
negociação

PÁG. 22

JOGOS
SANTACASA



Esta foi a notícia
mais comentada ontem
em www.dn.pt

a mais comentada



Nuno Melo: "A maior parte do caso BPN está por apurar"

Parte dentro de dias para o Parlamento Europeu, mas é da Assembleia da República que os portugueses o conhecem melhor. Liderou a investigação ao caso BPN e obrigou a trazer à luz o que o Banco de Portugal ignorou.

J. SERRA, PORTUGAL

Saída de Constâncio

Vitor Constâncio – para quando a sua saída? A face de irritação que apresentou a determinada altura foi difícil de ver. E, afinal, o senhor doutor admitiu que o Banco de Portugal agiu com ingenuidade. Isto assim não vale, sr. dr.

CAPRY, AVEIRO

Continue em Portugal

Exmo Sr. Nuno Melo, é de louvar a sua atitude para se apurar toda a verdade. Também actualmente o nome CDS não diz muito à maioria dos portugueses, ao contrário do seu nome, que já é uma referência. A sua ida para a UE não vai beneficiar em nada a vida política portuguesa, ao passo se continuasse em Portugal o CDS iria ganhar com isso. Falo assim porque não tenho filiação partidária alguma.

LOGOS, ÉVORA

Bagão no Banco de Portugal

Caro deputado Melo. Posso fazer uma pergunta? Que tal Bagão Félix como presidente do Banco de Portugal?